



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA
COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR FISCAL DA RECEITA

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal da Receita Estadual

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A 2

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2006

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

1. O princípio contábil que impõe a escolha de hipótese que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais da Contabilidade, é o Princípio da
- (A) Oportunidade.
 (B) Competência.
 (C) Entidade.
 (D) Continuidade.
 (E) Prudência.
-
2. É INCORRETO afirmar:
- (A) A situação de passivo a descoberto ocorre quando o valor do passivo exigível da sociedade é superior ao montante dos bens e direitos que compõe o seu ativo.
 (B) No balanço patrimonial as contas do ativo são classificadas em ordem crescente do grau de liquidez, enquanto as contas do passivo são classificadas em ordem crescente do grau de exigibilidade.
 (C) A diferença entre o valor total do ativo circulante e o valor total passivo circulante de uma entidade representará o montante do capital circulante líquido.
 (D) O objeto e o campo de aplicação da contabilidade são respectivamente o patrimônio e a azienda.
 (E) Os investimentos relevantes em sociedades controladas, ou coligadas com participação mínima de 20% no capital social ou que tenha influência na administração, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Instruções: Considere os componentes da Demonstração de Resultados do Exercício de 31/12/2005 da empresa Equipamentos Modernos S.A., para responder às questões de números 3 e 4.

Receita Operacional Bruta de Vendas.....	R\$ 1.600.000,00
Descontos Incondicionais Concedidos	R\$ 40.000,00
Devolução de Vendas	R\$ 60.000,00
ICMS sobre Vendas	R\$ 270.000,00
Demais Impostos Incidentes sobre Vendas.....	R\$ 138.750,00
Custo das Mercadorias Vendidas – CMV	R\$ 391.250,00
Despesas Operacionais (Vendas e Administrativas)	R\$ 300.000,00
Descontos Financeiros Obtidos	R\$ 36.000,00
Descontos Financeiros Concedidos	R\$ 16.000,00
Variações Monetárias Ativas	R\$ 64.000,00
Resultado Positivo em Participações Societárias	R\$ 220.000,00
Reversão de Provisões	R\$ 40.000,00
Ganho de Capital na Venda de Bens Permanentes	R\$ 65.250,00
PIS Despesa Operacional	R\$ 1.650,00
COFINS Despesa Operacional	R\$ 7.600,00
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	R\$ 120.000,00
Provisão para o Imposto de Renda	R\$ 180.000,00

3. Os valores da receita operacional líquida (vendas líquidas), do lucro operacional líquido e do lucro líquido do exercício da empresa Equipamentos Modernos S.A., em 31/12/2005, nessa ordem, foram, em R\$, de:
- (A) 1.022.000,00; 680.000,00 e 350.000,00
 (B) 1.050.500,00; 700.000,00 e 405.000,00
 (C) 1.091.250,00; 734.750,00 e 500.000,00
 (D) 1.100.250,00; 785.750,00 e 655.555,00
 (E) 1.195.250,00; 845.250,00 e 755.555,55

4. Sabendo-se que:

- não havia saldo nas contas de Reservas de Capital;
- valor do capital social integralizado é de R\$ 1.000.000,00;
- a conta Reserva Legal, antes da destinação do resultado apurado no exercício apresentava um saldo credor de R\$ 185.000,00.

O valor a ser destinado à constituição da reserva legal no referido exercício social, segundo as disposições legais vigentes, é, em R\$, de

- (A) 10.750,00
- (B) 15.000,00
- (C) 25.000,00
- (D) 25.250,00
- (E) 28.750,00

5. Considere os dados relativos à Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados da Cia. Marte Equipamentos Solares, levantada em 31/12/2005:

Nº	ELEMENTOS	VALORES (em R\$)
01	Saldo credor da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados no início do ano-calendário de 2005	60.000,00
02	Ajuste credor do ano-calendário anterior (excesso da provisão para o imposto de renda)	25.000,00
03	Reversão de saldo das contas de reservas de lucros	75.000,00
04	Constituição da Reserva Legal em 31/12/2005	8.000,00
05	Constituição das demais Reservas de Lucros em 31/12/2005	42.000,00
06	Dividendos creditados aos acionistas em 31/12/2005	150.000,00
07	Resultado Líquido do Exercício encerrado em 31/12/2005	?
08	Saldo credor da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31/12/2005	60.000,00

Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que o valor do Resultado Líquido do Exercício, apurado na Demonstração do Resultado do Exercício levantada em 31/12/2005, em R\$, foi de:

- (A) 100.000,00
- (B) 98.000,00
- (C) 90.000,00
- (D) 85.500,00
- (E) 60.000,00

6. A Companhia Paraíba de Cimentos apresenta em 31/12/2005, a seguinte situação patrimonial:

- Lucro Líquido do Exercício (sem o valor da provisão para Imposto de Renda) R\$ 2.600.000,00
- Provisão para o Imposto de Renda de 31/12/2005, sobre o valor do Lucro Real R\$ 450.000,00
- Saldo devedor da conta patrimonial denominada Lucros ou Prejuízos Acumulados R\$ 150.000,00
- Participações nos lucros prevista no estatuto da companhia: Administradores 10%,
Empregados 10%, Debêntures 10%.

Os valores da participação dos administradores e do lucro líquido do exercício em 31/12/2005 foram, respectivamente, em R\$, de:

- (A) 600.000,00 e 1.400.000,00
- (B) 420.000,00 e 1.350.000,00
- (C) 300.000,00 e 1.470.000,00
- (D) 200.000,00 e 1.570.000,00
- (E) 162.000,00 e 1.608.000,00

Instruções: Considere os dados abaixo da Cia. Maranhense de Máquinas Industriais em 31/12/2005, para responder às questões de números 7 e 8.

Nº	ELEMENTOS	VALORES (em R\$)
01	Receita Bruta de Vendas	10.280.000,00
02	Devolução de Vendas	200.000,00
03	Compras de Mercadorias	4.270.000,00
04	Devolução de Compras	180.000,00
05	Descontos Incondicionais Obtidos	90.000,00
06	Descontos Incondicionais Concedidos	80.000,00
07	Impostos Incidentes sobre Vendas	2.725.000,00
08	IPI sobre Vendas	1.000.000,00
09	Fretes sobre as Compras de Mercadorias	40.000,00
10	Fretes sobre as Vendas de Mercadorias	100.000,00
11	Seguro sobre as Compras de Mercadorias	60.000,00
12	Seguro sobre as Vendas de Mercadorias	100.000,00
13	Estoque Inicial de Mercadorias (saldo de 31/12/2004)	325.000,00
14	Estoque Final de Mercadorias (saldo em 31/12/2005)	475.000,00
15	Descontos Financeiros Obtidos	63.000,00
16	Descontos Financeiros Concedidos	19.000,00
17	Devolução de Vendas de Exercícios Anteriores	75.000,00

7. Os valores da receita operacional bruta (vendas brutas) e da receita operacional líquida (vendas líquidas) da Cia. Maranhense de Máquinas Industriais em 31/12/2005, nessa ordem, foram, em R\$, de:

- (A) 9.986.000,00 e 6.981.000,00
- (B) 10.061.000,00 e 7.000.000,00
- (C) 10.186.000,00 e 7.056.000,00
- (D) 10.280.000,00 e 7.275.000,00
- (E) 11.280.000,00 e 7.275.000,00

8. Os valores do custo das mercadorias vendidas (CMV) e do lucro operacional bruto (Lucro Bruto) da Cia. Maranhense de Máquinas Industriais em 31/12/2005, nessa ordem, foram, em R\$, de:

- (A) 3.837.500,00 e 3.437.500,00
- (B) 3.887.000,00 e 3.485.000,00
- (C) 3.950.000,00 e 3.325.000,00
- (D) 3.950.000,00 e 4.325.000,00
- (E) 4.000.000,00 e 4.131.000,00

Instruções: Para responder às questões de números 9 e 10, observe os saldos das contas do Razão da Cia. Imperial do Nordeste em 31/12/2005 e as informações adicionais, antes da contabilização da Equivalência Patrimonial e da Apuração do Resultado do Exercício de 2005.

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO EM 31/12/2005	SALDOS (em R\$)	
	DEVEDORES	CREDORES
CONTAS		
Caixa	2.000,00	–
Bancos conta Movimento	25.000,00	–
Clientes	90.000,00	–
Estoques (Estoque Final)	108.000,00	–
Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP).....	9.000,00	–
Participação Societária – Cia. América	60.000,00	–
Imobilizado	270.000,00	–
Depreciação Acumulada.....	–	45.000,00
Passivo Circulante (PC).....	–	157.500,00
Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP)	–	45.000,00
Capital Social	–	135.000,00
Lucros Acumulados	–	27.000,00
Receita de Vendas	–	469.500,00
Devoluções de Vendas.....	15.000,00	–
Impostos Incidentes sobre Vendas	75.000,00	–
Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	135.000,00	–
Despesas Administrativas	36.000,00	–
Despesas com Vendas.....	30.000,00	–
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	24.000,00	–
TOTAIS	879.000,00	879.000,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

- Valor do Patrimônio Líquido da investida Cia. América no Balanço Patrimonial, levantado em 31/12/2005, somava o valor total de R\$ 210.000,00.
- O percentual de participação da Investidora Cia. Imperial do Nordeste no patrimônio líquido de sua investida (Cia. América) em 31 de dezembro de 2005 é de 60%.
- A participação societária da investidora no capital da investida Cia. América é considerada relevante e influente.
- O valor da Provisão para o Imposto de Renda a ser contabilizado em 31 de dezembro de 2005 (apurado sobre o valor do Lucro Real) é de R\$ 20.500,00.

9. O lucro líquido do exercício apurado na Demonstração do Resultado do Exercício levantada em 31/12/2005 foi, em R\$, de:

- (A) 134.000,00
- (B) 180.500,00
- (C) 194.560,00
- (D) 200.000,00
- (E) 266.000,00

10. Os valores correspondentes ao total do ativo, do passivo circulante e do patrimônio líquido no Balanço Patrimonial da Cia. Imperial do Nordeste, levantado em 31/12/2005, nessa ordem, foram, em R\$, de:

- (A) 585.000,00; 178.000,00 e 362.000,00
- (B) 669.000,00; 187.000,00 e 326.000,00
- (C) 670.000,00; 190.000,00 e 375.000,00
- (D) 700.675,00; 200.555,00 e 400.555,00
- (E) 785.550,00; 202.550,00 e 402.250,00

AUDITORIA FISCAL CONTÁBIL

11. O auditor ao aplicar os testes de superavaliação ou subavaliação nas contas de Ativos e Passivos objetiva confirmar se o contador observou, na elaboração das demonstrações contábeis, o princípio
- (A) da entidade.
 - (B) da oportunidade.
 - (C) da materialidade.
 - (D) do custo como base do valor.
 - (E) da prudência.
-
12. O trabalho da auditoria visa avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade
- (A) somente dos controles internos referentes às áreas administrativas e financeiras da empresa, com o objetivo de garantir que as demonstrações contábeis estejam adequadas.
 - (B) dos sistemas de informações, dos processos e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, para em nome dos administradores fazer cumprir os controles internos e seus objetivos.
 - (C) dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, para auxiliar a administração da empresa no cumprimento de seus objetivos.
 - (D) do conjunto sistêmico de controles internos da companhia, relatando ao mercado as ineficiências encontradas e garantindo ao acionista a confiabilidade nas demonstrações contábeis apresentadas pela empresa.
 - (E) dos processos existentes na companhia, para permitir sua revisão e crítica, determinando aos representantes dos processos a implantação de novos procedimentos e punindo em caso de não-cumprimento.
-
13. O auditor interno, ao avaliar o cálculo do ICMS da empresa, identifica, no relatório que suporta os cálculos, a não-inclusão de nota fiscal no valor de R\$ 50.000,00, na base de cálculo. Ao consultar o responsável pelo setor de processamento de dados da empresa, o mesmo afirma que, atendendo solicitação dos responsáveis da área fiscal, as notas de valor entre R\$ 30.000,00 e R\$ 50.000,00, não deveriam compor a base de cálculos dos impostos. É correto afirmar que este fato evidencia
- (A) uma fraude, por representar um ato intencional praticado pelo responsável da área fiscal de manipulação de transações com o objetivo de reduzir a carga tributária da empresa.
 - (B) um erro, por tratar-se de desconhecimento da obrigatoriedade do imposto prevista em legislação, por parte do responsável pela área de sistemas da empresa.
 - (C) uma fraude, por representar um ato não-intencional do responsável pela área fiscal visando reduzir a carga tributária da empresa.
 - (D) um erro, por tratar-se de ato intencional praticado pelo responsável da área fiscal visando reduzir a carga tributária da empresa.
 - (E) uma fraude, por tratar-se de ato regulamentado pelo fisco para dar condições de empresas em situação financeira difícil se restabelecerem.

14. No processo de consolidação de demonstrações contábeis, em que o auditor da controladora não é o mesmo das empresas coligadas e controladas a serem consolidadas, é correto afirmar que o auditor da controladora
- (A) deverá aceitar as demonstrações contábeis apresentadas, somente fazendo menção que foram auditadas por outra firma de auditoria, sempre que as demonstrações forem auditadas por outros auditores independentes, regularmente habilitados.
 - (B) deverá, uma vez a cada cinco anos, auditar todas as empresas objeto da consolidação, a fim de garantir a uniformidade dos procedimentos de auditoria aplicados sobre as demonstrações.
 - (C) por questões éticas, em nenhuma hipótese poderá reavaliar ou questionar demonstrações contábeis que foram auditadas por auditores regularmente registrados nos órgãos competentes.
 - (D) poderá, em algumas situações, ter a necessidade de revisar os papéis de trabalho das empresas coligadas e controladas a serem consolidadas e que foram objeto de auditoria por outro auditor independente.
 - (E) sempre deverá auditar as empresas controladas e coligadas, não podendo auditar a empresa controladora, caso a mesma não aceite a condição.
-
15. Em relação ao Inventário Físico de Estoques a ser realizado pelas empresas, é responsabilidade do auditor:
- (A) sempre acompanhar e aplicar testes que confirmem a existência física dos elementos registrados nas contas contábeis da empresa auditada.
 - (B) quando o valor dos estoques for expressivo em relação à posição patrimonial e financeira da empresa, o auditor deve acompanhar o inventário físico executando testes de confirmação das contagens físicas e procedimentos complementares necessários.
 - (C) acompanhar e colaborar na execução do inventário físico, quando a empresa for industrial elaborando os ajustes necessários nas demonstrações contábeis.
 - (D) proceder ao inventário físico, apresentando as divergências para que a empresa possa realizar os ajustes e elaborar as demonstrações contábeis.
 - (E) confirmar que os ajustes apurados no inventário físico tenham sido contabilizados, sendo desobrigado de acompanhar o inventário físico em qualquer situação.
-
16. Na Empresa Autocontrole S.A., a entrega física das mercadorias vendidas é feita pela área de expedição que possui dois funcionários, um separa a mercadoria e o outro confere a quantidade separada. A empresa possui um funcionário com salário de R\$ 600,00 para efetuar as cópias em máquina copiadora da empresa, em virtude de em períodos anteriores ter constatado que funcionários tiravam cópias de documentos particulares, o que gerava um custo para a empresa de R\$ 450,00 por mês. É correto afirmar que estes procedimentos para a auditoria representam, respectivamente,
- (A) inventário físico e valor mínimo de venda.
 - (B) conferência e avaliação de método de custo.
 - (C) multiplicação de tarefas e inventário físico.
 - (D) supervisão e implantação de controle.
 - (E) segregação de funções e custo versus benefício.

<p>17. O emprego de parágrafo de ênfase no parecer para ressaltar uma incerteza quanto ao sucesso da empresa, que questiona a inconstitucionalidade de um tributo que afeta relevantemente as demonstrações contábeis da empresa auditada, leva o auditor a emitir o parecer</p> <p>(A) com ressalva e parágrafo de ênfase. (B) com limitação de escopo e parágrafo de ênfase. (C) sem ressalva e parágrafo de ênfase. (D) adverso e parágrafo de ênfase. (E) com abstenção de opinião e parágrafo de ênfase.</p>	<p>21. NÃO é permitido na determinação e seleção da amostra, que o auditor</p> <p>(A) estratifique a amostra. (B) tolere um erro. (C) limite os testes de auditoria. (D) selecione casualmente. (E) selecione aleatoriamente.</p>
<p>18. Identifique entre os eventos abaixo aquele que a única evidência de auditoria é a carta de responsabilidade da administração.</p> <p>(A) Manutenção de um investimento específico como investimento de Longo Prazo. (B) Comprovação das responsabilidades e alçadas de cada Diretor. (C) Existência de processos cíveis, trabalhistas e tributários contra a empresa. (D) Confirmação da existência física de bens do Ativo Imobilizado. (E) Saldo das Contas relativas a Tributos da empresa Ativos e Passivos de Curto e Longo Prazo.</p>	<p>22. É um método aceitável para projeção de erros em amostras não-estatísticas, o método</p> <p>(A) do quociente. (B) do desvio padrão. (C) da estratificação. (D) de interpolação. (E) da soma.</p>
<p>19. O auditor, ao ser substituído no processo de auditoria, por outra firma de auditoria, em ano subsequente, deve</p> <p>(A) fornecer as informações necessárias para a realização da auditoria pelo novo auditor, independentemente de autorização da empresa auditada. (B) fornecer as informações necessárias para a realização da auditoria pelo novo auditor, quando autorizado por escrito pela empresa auditada. (C) informar à nova firma de auditoria os pontos apontados e permitir acesso aos papéis de trabalho, somente quando houver autorização judicial. (D) fornecer todas as informações solicitadas pela nova firma de auditoria, mediante carta emitida pela mesma, se comprometendo a manter o mesmo nível de sigilo. (E) fornecer todas as informações solicitadas pela nova empresa de auditoria somente quando autorizado pelo órgão fiscalizador, CVM, BACEN ou CRC.</p>	<p>23. Os saldos iniciais das demonstrações contábeis auditadas pela primeira vez pela firma de auditoria são de responsabilidade</p> <p>(A) do auditor anterior, não sendo necessário o auditor atual efetuar qualquer procedimento sobre as demonstrações contábeis. (B) dos administradores da empresa que por meio da carta de responsabilidade confirmam os saldos para o auditor atual. (C) do auditor anterior que responderá pela veracidade das informações, assinando o parecer conjuntamente com a nova auditoria. (D) do novo auditor que deverá realizar a auditoria das demonstrações financeiras do ano anterior, uma vez que as mesmas são publicadas comparativamente. (E) do novo auditor que deve obter evidências suficientes de que estes saldos não contenham erros que afetem as demonstrações contábeis.</p>
<p>20. <i>A forma do auditor obter confirmação de que eventuais passivos não foram registrados como a tributos ou contingências é através do procedimento de, sendo que o não-fornecimento de respostas pelos consultores jurídicos é considerado uma na extensão da auditoria, suficiente para a emissão de um parecer</i></p> <p>Completa corretamente, nessa ordem, as lacunas do excerto acima:</p> <p>(A) verificação - restrição - invalidar - com abstenção de opinião (B) inventário físico - limitação - validar - com ressalvas (C) conformidade - restrição - confirmar - adverso (D) circularização - limitação - impedir - sem ressalvas (E) confirmação - limitação - exigir - sem ressalvas</p>	<p>24. O auditor, quando da designação de equipe técnica para desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, tem sobre os trabalhos a serem realizados responsabilidade</p> <p>(A) limitada aos processos e trabalhos por ele supervisionados e avaliados. (B) plena, pelos trabalhos executados, respondendo em todos os níveis. (C) plena, desde que não tenham sido praticados atos de dolo condicional pela equipe técnica. (D) extensiva aos trabalhos executados por especialistas, como atuários, técnicos em informática ou outros. (E) restrita aos processos e trabalhos que apresentem pontos relevantes e interfiram no parecer.</p>

<p>25. A empresa Ordem S.A. estabelece, em seus controles internos de tesouraria, que todos os pagamentos deverão ser efetuados mediante a emissão de cheques, assinados por um diretor e um gerente de tesouraria. O auditor, ao entrar na sala do gerente de tesouraria, percebe que dois talões de cheques, sem preenchimento dos valores, já estão assinados pelo diretor financeiro para serem utilizados pelo tesoureiro. É correto afirmar que</p> <p>(A) a empresa não possui controles internos para os processos de tesouraria.</p> <p>(B) os controles internos de tesouraria são eficazes para qualquer tipo de desvio financeiro.</p> <p>(C) o tesoureiro é uma pessoa de confiança, não sendo necessário à segregação de funções.</p> <p>(D) não há conformidade entre os controles internos definidos e sua ocorrência no processo.</p> <p>(E) o diretor financeiro delega a responsabilidade ao tesoureiro pelos pagamentos, garantindo o controle.</p>	<p>28. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, sendo a referida delegação dada</p> <p>(A) pelo Senado Federal, por meio de Resolução.</p> <p>(B) pelo Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo.</p> <p>(C) pelo Senado Federal, por meio de Portaria.</p> <p>(D) pelo Congresso Nacional, por meio de Resolução.</p> <p>(E) pela Câmara dos Deputados, por meio de Resolução.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>26. A Constituição Federal relaciona os impostos que podem ser criados pelos entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e atribui competência residual tributária</p> <p>(A) à União para criar, através de lei complementar, novos impostos, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.</p> <p>(B) ao Distrito Federal para criar, através de lei ordinária, novos impostos, desde que sejam não-cumulativos e não tenham hipótese de incidência e fato impositivo próprios dos discriminados na Constituição Federal.</p> <p>(C) aos Estados, para os quais estão reservadas as competências que não sejam vedadas pela Constituição Federal.</p> <p>(D) aos Municípios, para criar, através de lei, novos impostos, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.</p> <p>(E) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para criarem, através de lei, novos impostos, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.</p>	<p>29. O imposto sobre propriedade territorial rural</p> <p>(A) será progressivo e terá suas alíquotas fixadas a fim de estimular a manutenção de propriedades improdutivas.</p> <p>(B) será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.</p> <p>(C) é instituído pela União, sendo que a competência legislativa para sua instituição ou aumento pode ser delegada aos Municípios.</p> <p>(D) não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, mesmo quando o proprietário possua outros imóveis.</p> <p>(E) não incidirá sobre pequena gleba rural, exigindo-se, apenas, que o proprietário a explore só ou com sua família.</p>
<p>27. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível poderá ter sua alíquota reduzida e restabelecida por</p> <p>(A) resolução do Senado, não se lhe aplicando o princípio da anterioridade.</p> <p>(B) lei complementar, não se lhe aplicando o princípio da noventena.</p> <p>(C) decreto legislativo, não se lhe aplicando o princípio da irretroatividade.</p> <p>(D) resolução do Congresso Nacional, não se lhe aplicando o princípio da noventena.</p> <p>(E) ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o princípio da anterioridade.</p>	<p>30. A medida provisória que implique em instituição e majoração de impostos só produzirá efeito</p> <p>(A) após noventa dias a contar da data em que foi editada, excluindo-se os impostos sobre a renda, patrimônio e serviços.</p> <p>(B) imediato, a partir de sua publicação, excluindo-se os impostos sobre o comércio exterior, renda e proventos de qualquer natureza, operações financeiras e imposto extraordinário, criado em caso de guerra ou sua iminência.</p> <p>(C) no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada, não se aplicando tal regra ao imposto extraordinário criado em caso de guerra ou sua iminência e os impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.</p> <p>(D) após sessenta dias a contar da sua edição, exceto em relação aos impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados, operações financeiras e empréstimo compulsório criado em caso de guerra ou calamidade.</p> <p>(E) imediato, a partir da sua publicação, excluindo-se os tributos criados em caso de guerra e os impostos relacionados com o comércio exterior, porque esses impostos devem respeitar o princípio da anterioridade.</p>

<p>31. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará</p> <p>(A) a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens.</p> <p>(B) a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio de carta registrada com AR, aos órgãos do Ministério Público e Polícia Civil.</p> <p>(C) o confisco dos seus bens e direitos que futuramente adquirir, comunicando a decisão aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais.</p> <p>(D) a indisponibilidade dos bens do devedor, de seus herdeiros e sócios, comunicando a decisão, preferencialmente por meio de intimação pessoal, às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais.</p> <p>(E) a indisponibilidade dos bens do devedor e a comunicação aos órgãos que prestam serviço público de proteção ao crédito, para que lancem seu nome no rol dos inadimplentes, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.</p>	<p>34. NÃO é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário</p> <p>(A) o parcelamento.</p> <p>(B) o recurso administrativo.</p> <p>(C) a compensação.</p> <p>(D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.</p> <p>(E) a moratória.</p>
<p>32. Aplica-se o princípio da anterioridade nonagesimal (noventa criada pela Emenda Constitucional nº 42 de 19/12/2003) ao imposto sobre</p> <p>(A) operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários.</p> <p>(B) renda e proventos de qualquer natureza.</p> <p>(C) importação de produtos estrangeiros.</p> <p>(D) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.</p> <p>(E) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.</p>	<p>35. NÃO é competência da União instituir contribuição</p> <p>(A) social.</p> <p>(B) de intervenção no domínio econômico.</p> <p>(C) de interesse das categorias profissionais ou econômicas.</p> <p>(D) para o custeio do serviço de iluminação pública.</p> <p>(E) de melhoria.</p>
<p>33. Em relação às imunidades tributárias considere:</p> <p>I. Somente os livros e revistas didáticos gozam de imunidade tributária constitucional objetiva.</p> <p>II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.</p> <p>III. As empresas públicas e sociedade de economia mista gozam de imunidade tributária.</p> <p>IV. A imunidade do templo de qualquer culto abrange somente o patrimônio, renda e serviços, relacionados com as finalidades essenciais do templo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>36. A compensação prevista no Código Tributário Nacional não se confunde com a compensação regulada pelo Código Civil, porque a compensação civil</p> <p>(A) somente é criada por lei, enquanto que a compensação tributária é instituída por contrato, sendo que ambas se referem a créditos vencidos.</p> <p>(B) pode ser criada por contrato e se refere a créditos vencidos, enquanto a compensação tributária é criada por lei e se refere a créditos vencidos e vencidos.</p> <p>(C) é criada por lei, refere-se a créditos vencidos e vencidos, enquanto que a compensação tributária é criada por contrato e somente se refere a créditos vencidos.</p> <p>(D) e a tributária são criadas sempre por lei, sendo que a compensação civil se refere a créditos vencidos e a tributária a créditos vencidos.</p> <p>(E) e a tributária são criadas por contrato e se referem a créditos vencidos e vencidos.</p> <p>37. Seja qual for a natureza ou o tempo de sua constituição, o crédito tributário prefere</p> <p>(A) a qualquer outro, sem exceção.</p> <p>(B) apenas aos créditos decorrentes da legislação do trabalho, sem qualquer limite e condição.</p> <p>(C) a qualquer outro, ressalvados apenas os créditos extraconcursais e os créditos decorrentes da legislação do acidente do trabalho.</p> <p>(D) a qualquer outro, ressalvados apenas os créditos extraconcursais ou as importâncias passíveis de restituição, bem como os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado, desde que não seja decretada a falência do devedor.</p> <p>(E) a qualquer outro, ressalvados apenas os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho e, na falência, os créditos extraconcursais ou as importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, e os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.</p>

<p>38. É INCORRETO afirmar que a dívida ativa</p> <p>(A) goza da presunção de certeza e liquidez.</p> <p>(B) goza de presunção de certeza, mas a liquidez do crédito tributário depende de decisão judicial, transitada em julgado.</p> <p>(C) goza de presunção relativa ou <i>juris tantum</i>.</p> <p>(D) tem o efeito de prova pré-constituída.</p> <p>(E) regularmente inscrita pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.</p>	<p>42. Em relação ao regime do ICMS de recolhimento fonte, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os estabelecimentos apurarão, no último dia de cada mês, no Registro de Saídas, o valor contábil total das operações e/ou prestações efetuadas no mês.</p> <p>(B) O montante do imposto a recolher neste regime corresponderá à diferença a menor entre o imposto devido sobre a operação e o cobrado em operação posterior.</p> <p>(C) Os estabelecimentos dos contribuintes sujeitos a este regime estão obrigados a manter escrituração fiscal.</p> <p>(D) Aos estabelecimentos enquadrados neste regime é obrigatória a concessão de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CCICMS para estabelecimento filial.</p> <p>(E) Os estabelecimentos que operem exclusivamente com vendas a consumidor e que tenham funcionamento provisório ou ambulante estão excluídos deste regime.</p>
<p>39. A certidão de que conste a existência de créditos não-ven- cidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa,</p> <p>(A) tem os mesmos efeitos de certidão negativa.</p> <p>(B) não pode ser expedida por servidor, enquanto o processo estiver em andamento, sob pena de res- ponsabilidade funcional.</p> <p>(C) não tem efeito jurídico.</p> <p>(D) importa em reconhecimento do débito pelo devedor, a partir da sua expedição.</p> <p>(E) constitui o crédito tributário, se for expedida pela au- toridade competente.</p>	<p>43. A base de cálculo do ICMS</p> <p>(A) será apenas o valor da mercadoria nas entradas de mercadorias trazidas por contribuintes de outras unidades da Federação, sem destinatário certo, no Estado da Paraíba.</p> <p>(B) dispensará o montante do próprio imposto, consti- tuindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.</p> <p>(C) é o valor da operação da qual decorra a entrega ao consumidor nos casos das empresas distribuidoras de energia elétrica.</p> <p>(D) será a mesma do imposto sobre produtos industria- lizados, quando a operação realizada entre contri- buintes e relativa a produto destinado à industriali- zação ou comercialização desde que configure fato gerador de ambos os impostos.</p> <p>(E) é integrada, dentre outros elementos, pelos impostos de importação e sobre produtos industrializados nas hipóteses de desembarço aduaneiro e de aquisição em licitação pública em caso de apreensão ou abandono, de mercadorias ou bens importados do exterior.</p>
<p>40. De acordo com o Código Tributário Nacional, a anistia</p> <p>(A) abrange as infrações cometidas antes e após a lei que a concede.</p> <p>(B) será concedida em caráter geral, quando se referir às infrações da legislação relativas a determinado tributo.</p> <p>(C) não se aplica aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.</p> <p>(D) é caso de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>(E) é efetivada, em cada caso, quando concedida em caráter geral, por despacho da autoridade adminis- trativa, o qual gera direito adquirido.</p>	<p>44. Acerca da sujeição passiva do ICMS de acordo com o RICMS, é possível afirmar que é contribuinte</p> <p>(A) o adquirente, em licitação, de mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados.</p> <p>(B) a pessoa que, sem habitualidade ou intuito comercial, importe mercadorias do exterior salvo se destinada a consumo ou ativo permanente do estabelecimento.</p> <p>(C) o transportador, em relação à mercadoria negociada no Estado da Paraíba durante o transporte.</p> <p>(D) o adquirente, em relação a mercadorias cujo imposto não tenha sido pago no todo ou em parte.</p> <p>(E) qualquer pessoa que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de prestação de serviços de transporte interestadual e intramunicipal.</p>
<p>LEGISLAÇÃO FISCAL DO ESTADO DA PARAÍBA</p> <p>41. No Estado da Paraíba, considera-se ocorrido o fato ge- rador do ICMS no momento</p> <p>(A) da entrada de mercadoria no estabelecimento do contribuinte, ainda que de outro estabelecimento do mesmo titular.</p> <p>(B) da conclusão da prestação de serviços de transporte intermunicipal.</p> <p>(C) do ato final de transporte que teve como destino o exterior.</p> <p>(D) do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.</p> <p>(E) da saída, do estabelecimento do contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, destinados ao ativo fixo.</p>	

<p>45. São obrigações acessórias dos contribuintes enquadrados no regime de recolhimento fonte, escriturar</p> <p>(A) o livro de Registro de Saída e emitir nota fiscal de venda ao consumidor, diariamente.</p> <p>(B) os livros de Registro de Saída e de Registro de Inventário, mensalmente.</p> <p>(C) os livros de Registro de Entrada e de Registro de Inventário, anualmente.</p> <p>(D) o livro de Registro de Inventário e apresentar Guia de Informação sobre o Valor Adicionado (GIVA), anualmente.</p> <p>(E) os livros de Registro de Entrada e de Apuração do ICMS, anualmente.</p>	<p>49. Os estabelecimentos contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS apresentarão, dentre outros, o documento de informação econômico-fiscal no prazo e forma seguintes:</p> <p>(A) Guia de Informações das Operações e Prestações Interestaduais – GI/ICMS, até o dia 10 (dez) do mês seguinte àquele a que se referir, na repartição fiscal do domicílio do contribuinte, sem exceções, por meio magnético ou manual.</p> <p>(B) Guia de Informação Mensal do ICMS – GIM, até o dia 10 (dez) do mês seguinte àquele a que se referir, na repartição fiscal do domicílio do contribuinte, salvo exceções, exclusivamente por meio magnético.</p> <p>(C) Guia de Informação sobre Valor Adicionado – GIVA, modelo 01, até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano, com declaração de movimento comercial do ano imediatamente anterior ao da entrega, em arquivo magnético exclusivamente via Internet.</p> <p>(D) Guia de Informação para Atualização de Estimativa – GIAE, semestralmente até os dias 15 (quinze) de abril e 15 (quinze) de outubro, relativamente ao semestre anterior, em duas vias.</p> <p>(E) Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária – GIA-ST, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da apuração do imposto, em duas vias.</p>
<p>46. O Estado da Paraíba possui Programa de tratamento simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PARAIBASIM) no âmbito do ICMS. Em relação ao Programa, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o enquadramento da pessoa jurídica como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte depende da apuração da receita bruta anual.</p> <p>(B) é de caráter opcional e depende de requerimento do interessado, instruído com documentação exigida, ao chefe da repartição fiscal do domicílio do estabelecimento.</p> <p>(C) é possível o desenquadramento do PARAIBASIM, quando a empresa exceder o limite da receita bruta anual estipulada no Decreto Regulamentador do Programa.</p> <p>(D) é possível o reenquadramento da empresa ao Programa, atendidos os requisitos exigidos no Decreto Regulamentador, mediante solicitação de reenquadramento à condição de ME ou EPP.</p> <p>(E) todas as obrigações acessórias do PARAIBASIM são comuns aos seu integrantes, podendo ser citadas como exemplos a escrituração dos livros fiscais de Registro de Saídas e de Apuração do ICMS.</p>	<p>50. Os estabelecimentos que exerçam a atividade de venda ou revenda de mercadorias ou bens, ou de prestação de serviços em que o adquirente ou tomador seja pessoa física ou jurídica, não contribuinte do ICMS, estão obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, não alcançando esta obrigatoriedade as operações realizadas</p> <p>(A) dentro do estabelecimento.</p> <p>(B) por estabelecimento que realize venda de veículos a particulares.</p> <p>(C) por concessionárias ou permissionárias de serviço público de energia elétrica.</p> <p>(D) por contribuintes cuja estimativa de faturamento anual seja inferior a cento e vinte mil reais.</p> <p>(E) por contribuintes cuja estimativa de faturamento mensal seja inferior a cinco mil reais.</p>
<p>47. O lançamento do ICMS e do IPVA do Estado da Paraíba se classificam, respectivamente, como</p> <p>(A) autolancamento e autolancamento.</p> <p>(B) autolancamento e direto.</p> <p>(C) misto e misto.</p> <p>(D) misto e autolancamento.</p> <p>(E) misto e direto.</p>	<p>51. As isenções estabelecidas na Lei nº 5.123/89, referentes ao ITCMD do Estado da Paraíba,</p> <p>(A) são concedidas em caráter geral em todas as doações e transmissões “causa mortis” de imóveis rurais.</p> <p>(B) são concedidas por prazo determinado em algumas hipóteses e por prazo indeterminado, em outras hipóteses.</p> <p>(C) geram direito adquirido e não podem ser revogadas a qualquer tempo.</p> <p>(D) as hipóteses de isenção e de não-incidência do imposto são as mesmas, pois se tratam de expressões sinônimas.</p> <p>(E) dependem de comprovação dos requisitos legais, não sendo concedida automaticamente.</p>
<p>48. As alíquotas do ICMS, do IPVA e do ITCMD do Estado da Paraíba se classificam, de acordo com a doutrina pátria, em</p> <p>(A) seletiva, em razão da essencialidade do produto, relativamente ao ICMS; seletiva, em razão do tipo de veículo, em relação ao IPVA; proporcional, em relação ao ITCMD.</p> <p>(B) seletiva, em razão do destino da mercadoria ou do serviço, relativamente ao ICMS; proporcional, em relação ao IPVA; progressiva, em relação ao ITCMD.</p> <p>(C) progressiva, em relação ao ICMS; progressiva, em relação ao IPVA; regressiva, em relação ao ITCMD.</p> <p>(D) regressiva, em relação a ICMS; regressiva, em relação ao IPVA; proporcional, em relação ao ITCMD.</p> <p>(E) progressiva, em relação ao ICMS; seletiva, em razão do tipo de combustível, em relação ao IPVA; seletiva, em razão da situação e do valor do bem, em relação ao ITCMD.</p>	

52. Caracteriza situação de não-incidência do IPVA do Estado da Paraíba:
- (A) veículos tipo ambulância ou de uso no combate a incêndio.
 - (B) veículos com potência inferior a 50 (cinquenta) cilindradas.
 - (C) embarcações.
 - (D) veículos que integram o patrimônio dos partidos políticos.
 - (E) máquinas agrícolas e de terraplenagem.

53. O Supermercado É Hora de Comprar Ltda., contribuinte do ICMS no Estado da Paraíba, em razão da prática de circulação de mercadorias diretamente a consumidor, sofreu fiscalização interna realizada por agentes fiscais da Receita Estadual do Estado da Paraíba. Neste procedimento fiscal:
- I. foi lavrado auto de infração, tendo em vista constatação de imposto declarado e não-recolhido pelo estabelecimento autuado.
 - II. será inscrito na dívida ativa para cobrança judicial o crédito tributário declarado e não-pago que fora constatado pelos fiscais, quando não-recolhido no prazo legal.
 - III. é admitida a denúncia espontânea da infração por parte do contribuinte em até 72 (setenta e duas) horas da expedição de ofício ou notificação para regularização da situação fiscal do contribuinte.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

54. Nas operações de importação com regime de “drawback”
- (A) terá regime simplificado de tributação o ICMS.
 - (B) haverá isenção de ICMS sobre todas as mercadorias importadas nesta condição.
 - (C) se aplica a isenção de ICMS às mercadorias beneficiadas com suspensão dos impostos de importação e sobre produtos industrializados.
 - (D) se aplica a isenção de ICMS às mercadorias das quais resultarem, para exportação, produtos industrializados e operações realizadas com álcool.
 - (E) haverá isenção de ICMS desde que os estabelecimentos participantes da operação estejam localizados em unidades distintas da Federação.

55. “Termo de conluio” é
- (A) uma peça de ação fiscal, quando há verificação de irregularidade consistente em constatação como responsável pela infração outra pessoa além da já acusada.
 - (B) um documento inaugural do procedimento administrativo tributário de inclusão de contribuintes solidários de ICMS.
 - (C) uma peça instrutória em processo administrativo contencioso de constatação de fraude, dolo ou simulação na escrituração fiscal do ICMS.
 - (D) um documento confeccionado por contribuinte para burlar a fiscalização tributária, atribuindo a responsabilidade tributária pelo ICMS à terceira pessoa.
 - (E) uma peça inaugural de procedimento administrativo fiscal instaurado em razão de representação fiscal quando os infratores forem responsáveis solidários.

DIREITO CIVIL E DIREITO PENAL

56. Considere as seguintes afirmações:
- I. A lei posterior somente revogará a lei anterior quando expressamente o declare.
 - II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
 - III. Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que devem ser cumpridas.
 - IV. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
 - V. A capacidade e os direitos de família se regulam pela lei correspondente à nacionalidade das pessoas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

57. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo, porém
- (A) o preso em cumprimento de sentença, ainda que a pena seja elevada, não perde o seu domicílio, que será considerado o local de sua última residência.
 - (B) o intinerante não tem domicílio.
 - (C) se tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domiciliada no local em que primeiro houver estabelecido residência.
 - (D) o domicílio do diplomata será, sempre, o Distrito Federal, enquanto servir no estrangeiro.
 - (E) quanto às relações concernentes à profissão também será domiciliada onde a profissão for exercida.

58. O bem de família instituído pelos cônjuges ou pela entidade familiar poderá consistir
- (A) em prédio residencial urbano ou rural, com suas pertenças e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.
 - (B) exclusivamente em prédio urbano com suas pertenças e acessórios, destinado a domicílio familiar.
 - (C) somente em imóvel de menor valor quando a pessoa possuir mais de um imóvel residencial.
 - (D) em prédio urbano ou rural destinado a domicílio familiar em cujo ato de instituição deverá ficar provado que não ultrapassa 1/6 (um sexto) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.
 - (E) em imóveis que não ultrapassem 1/10 (um décimo) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, os quais devem servir à moradia da família e para obtenção de rendas destinadas à sua manutenção, enquanto viverem os cônjuges ou companheiros e forem os filhos menores de idade.

<p>59. São anuláveis os negócios jurídicos</p> <p>(A) toda vez que nos contratos bilaterais se verificar significativa desproporção das prestações, porque caracterizada a lesão.</p> <p>(B) realizados em estado de perigo.</p> <p>(C) quando comprovada a simulação.</p> <p>(D) quando tiverem por objetivo fraudar lei imperativa.</p> <p>(E) se um dos contratantes for menor de dezesseis anos.</p>	<p>63. Celebrado contrato de mútuo por escritura pública, tendo por objeto quantia certa, aplicam-se as seguintes regras:</p> <p>I. a quitação poderá ser dada por instrumento particular.</p> <p>II. se o pagamento for ajustado em cotas periódicas, a quitação da última firma presunção relativa do pagamento das anteriores.</p> <p>III. se não for ajustada época para o pagamento, este poderá ser exigido a qualquer tempo independentemente de interpelação.</p> <p>IV. salvo disposição contrária ou se o contrário resulta de lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, o pagamento deverá ser feito no domicílio do credor.</p> <p>V. a quitação do capital nunca faz presumir o pagamento dos juros devidos.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) IV e V.</p> <p>(B) III e V.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>60. Os prazos prescricionais e decadenciais não correm</p> <p>(A) contra os ausentes do país em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.</p> <p>(B) entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.</p> <p>(C) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.</p> <p>(D) contra os absolutamente incapazes.</p> <p>(E) depois de interrompidos mediante protesto judicial.</p>	<p>64. A compra e venda é considerada contrato</p> <p>(A) real, porque, se pura e simples, só se considerará perfeita e acabada com a tradição do objeto.</p> <p>(B) consensual, porque, se pura e simples, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordem no objeto e no preço.</p> <p>(C) consensual, se tiver por objeto coisa imóvel, e real, se a coisa for móvel.</p> <p>(D) real, apenas se celebrado por instrumento público levado a registro no Serviço de Registro de Imóvel.</p> <p>(E) consensual, apenas se celebrado verbalmente ou por instrumento particular, tendo por objeto coisa móvel.</p>
<p>61. A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente</p> <p>(A) sempre constituem atos ilícitos, porque a lei proíbe o exercício arbitrário das próprias razões.</p> <p>(B) não constituem atos ilícitos e sempre eximem o seu autor da obrigação de indenizar.</p> <p>(C) não constituem atos ilícitos somente quando as circunstâncias os tornarem absolutamente necessários e nem sempre eximem o seu autor da obrigação de indenizar.</p> <p>(D) constituem atos ilícitos, porém o seu autor sempre ficará isento da obrigação de indenizar.</p> <p>(E) consubstanciam atos de legítima defesa e isentam seu autor da obrigação de indenizar, salvo se foi o causador do perigo.</p>	<p>65. A coação irresistível e a obediência hierárquica são causas de exclusão da</p> <p>(A) culpabilidade.</p> <p>(B) ilicitude.</p> <p>(C) tipicidade.</p> <p>(D) punibilidade.</p> <p>(E) antijuridicidade.</p>
<p>62. Nas dívidas garantidas por hipoteca,</p> <p>(A) é nula a cláusula contratual que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.</p> <p>(B) o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo pessoal decorrente do contrato, ao cumprimento da obrigação.</p> <p>(C) o pagamento parcial da dívida importa exoneração parcial da garantia.</p> <p>(D) o bem dado em garantia pode estar gravado com cláusula de inalienabilidade, se não constar a cláusula de impenhorabilidade.</p> <p>(E) os navios e aeronaves não podem ser objeto da garantia dada, por serem coisas móveis, que apenas se sujeitam ao penhor.</p>	

66. A chamada prescrição retroativa concerne à prescrição
- (A) da pretensão executória, gerando futura reincidência.
 - (B) da pretensão punitiva, gerando futura reincidência.
 - (C) subsequente, gerando futura reincidência.
 - (D) da pretensão executória, não gerando futura reincidência.
 - (E) da pretensão punitiva, não gerando futura reincidência.

67. A perda do direito de continuar a movimentar a ação penal privada, causada pela inércia processual do querelante, é chamada de
- (A) prescrição.
 - (B) perempção.
 - (C) decadência.
 - (D) perdão.
 - (E) renúncia.

68. Não constitui crime contra a organização do trabalho
- (A) a invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola.
 - (B) o atentado contra a liberdade de associação.
 - (C) o exercício de atividade com infração de decisão administrativa.
 - (D) a apropriação indébita previdenciária.
 - (E) o aliciamento para fim de emigração.

69. O autor de crime envolvendo licitação ou contrato administrativo
- (A) não está sujeito à perda de mandato eletivo.
 - (B) é equiparado a servidor público se exercer cargo em entidade paraestatal, excluídas as fundações.
 - (C) terá a pena aumentada da terça parte se ocupante de cargo em comissão em órgão da Administração Direta.
 - (D) apenas perderá a função se o delito for praticado em detrimento da União.
 - (E) só pode perder o cargo na hipótese de delito consumado.

70. A aposição de assinatura falsificada em cheque de terceiro configura o crime de
- (A) falsidade ideológica.
 - (B) uso de documento falso.
 - (C) falsa identidade.
 - (D) falsificação de documento público.
 - (E) falsificação de documento particular.